

# A Rua no Centro

UMA DISCUSSÃO SOBRE A RUA E SEUS ATORES SOCIAIS



# A Rua no Centro

UMA DISCUSSÃO SOBRE A RUA E SEUS ATORES SOCIAIS



Workshop realizado pela

**Associação VIVA O CENTRO**

em 04/maio/1995

## **Agradecimentos**

A Associação VIVA O CENTRO agradece ao **Centro Latino Americano de Estudos em Saúde Mental** pelo generoso apoio técnico que prestou ao workshop e a **Regina Hecht, Jorge Broide, João Baptista de Oliveira, Luís Eduardo Ramos Lisboa e Celso Figueiredo Filho** pela presteza e eficiência com que coordenaram os debates em seus respectivos Grupos Temáticos e examinaram a versão preliminar deste texto, efetuando as correções que se fizeram necessárias.

# Apresentação

Este trabalho pretende resumir as discussões do workshop **A Rua no Centro - Uma discussão sobre a rua e seus atores sociais**, promovido pela Associação VIVA O CENTRO no dia 4 de maio de 1995, com a participação de diversas entidades e instituições voltadas ao tema da rua como cenário das diversas manifestações da pobreza urbana em São Paulo. (Veja relação no final deste texto).

A primeira parte é um texto introdutório útil ao não iniciado no assunto. Não se destina, evidentemente, às pessoas que participaram do workshop, mesmo porque ele foi baseado em larga medida na experiência de algumas dessas pessoas e entidades, sistematizada numa obra de absoluta importância para quem quer atuar seriamente na promoção social, cultural e humana daquela porção menos aquinhoadada da população a que denominamos “de rua”: **População de Rua - Quem é, como vive, como é vista** (Hucitec, 1994), de que participam pesquisadores de diversas instituições, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

Segue rápida explicação dos conceitos e da metodologia empregados no workshop, uma espécie de roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos, os quais, não obstante, não se prenderam rigorosamente ao esquema exposto. Muitas de suas revelações e conclusões, aliás, surpreenderam aos próprios organizadores do evento, tamanha a complexidade do universo que pretenderam abordar.

As conclusões e recomendações do encontro são expostas da forma mais simples e direta possível, para que a sua integridade e pureza não sejam em nenhum momento prejudicadas por um zelo excessivo de redação.

São Paulo, julho de 1995

I

## População de rua: uma introdução



## 1. Colocação do problema

Elas são hoje em São Paulo cerca de *oito mil* - um número que já foi estimado em 100 mil, 50 mil, 500 mil, conforme o critério e a intenção do observador. As pessoas que moram e sobrevivem na rua, assim, estão longe de constituir-se no maior problema social de São Paulo, pelo menos em termos numéricos. Entre essas oito mil estão as *895 crianças e adolescentes* que passam as noites na rua, num total de 4.520 cadastradas como sendo “de rua” pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). O quadro geral dos sem-teto em São Paulo é apenas um detalhe no panorama dos *homeless* no Brasil e em outros países, particularmente os do Terceiro Mundo.

Segundo alguns critérios internacionais, *homeless não* é apenas aquele indivíduo que mora na rua. Pela definição da ONU, é aquele que reside em imóveis que não atendem aos padrões mínimos de habitabilidade. Sob esse ponto de vista, São Paulo possuiria em torno de 4 milhões de sem-teto, incluindo-se como tais os favelados e habitantes de cortiços. Pesquisa de 1991 da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, revela a existência de 20 mil famílias vivendo nas ruas, baixos de viadutos e *mocós* nas zonas urbanas do Brasil. Se a esse número se acrescentarem as famílias faveladas e as que dividem um mesmo imóvel com outras famílias, como nos cortiços, ele salta para 3.080.000 famílias, ou cerca de 15 milhões de pessoas.

As estatísticas são ainda mais precárias ou até inexistentes quando se trata especificamente da população que habita as ruas de São Paulo. O que existe é um levantamento realizado em maio de 1991 pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, da Prefeitura, e diversas organizações não-governamentais com ela conveniadas, abrangendo os pontos de pernoite da população de rua nas suas principais regiões de concentração. Apesar de suas limitações, é o único trabalho realmente embasado e sério sobre o assunto.

Todas as tentativas de abordagem científica do problema dos sem-teto e dos menores marginalizados recorrem invariavelmente a essa pesquisa. Neste texto não fugiremos à regra.

## 2. Esboço de uma conceituação do problema

Definiremos como população de rua aquela parcela da população geral que se caracteriza por não ocupar um imóvel como residência em caráter prolongado ou permanente, tendo as ruas e espaços públicos como local de residência e sobrevivência. Não incluiremos nesse grupo os menores e adolescentes que perambulam nas ruas em estado de carência e em condições de cometer atos infracionais, mesmo porque a grande maioria desse contingente não pode ser considerada “de rua” em regime *full time*. As poucas centenas que pertencem à classificação “de rua” estão incluídas nos grupos mencionados, sem distinção especial em função da idade.

A população de rua em São Paulo é claramente um *segmento social* caracterizado por viver uma situação-limite de carência e pobreza. Constitui-se num extremo do quadro de desigualdade social que marca um modo de produção baseado na propriedade privada e na apropriação desigual dos bens *socialmente* produzidos. À diferença das condições gerais de carência e pobreza de amplos setores das classes trabalhadoras, a população de rua acha-se nos limites de ruptura com os parâmetros que definem e identificam uma ordem legítima de vida baseada no trabalho regular. A ruptura dos vínculos com o trabalho e com a família estão na origem da situação que leva o indivíduo à rua.

A população de rua não tem acesso aos serviços de saúde e seguridade social, depende em grande parte das instituições assistenciais e com frequência não possui qualquer qualificação profissional que possa inseri-la, mesmo precariamente, no mercado de trabalho. Como grupo, define-se não só economicamente, mas também social e culturalmente num universo próprio de sobrevivência. Essa falta de identificação com o modelo familiar e com o trabalho regular socialmente aprovado leva-a a desenvolver uma identidade negativa, sendo alvo de repulsa e agressão por parte dos outros segmentos sociais e das instituições, em especial a polícia.

A população de rua *não* é um grupo estranho à ordem econômica vigente. Ela é gerada por um processo que exclui parcelas da classe trabalhadora do trabalho regular, destinando-as às atividades informais e intermitentes. Desde o trabalho temporário na construção civil até o comércio informal dos camelôs e os inúmeros “bicos” do amplo repertório de atividades urbanas à margem do trabalho regular e permanente, a lógica do processo econômico engendra funções a serem exercidas pelos que são excluídos do mercado de trabalho convencional, que recruta apenas os mais competentes e especializados. Embora pouco ou nada valorizadas socialmente, muitas dessas funções têm notável importância para o funcionamento da economia como um todo, que pressupõe, sempre, uma margem de informalidade.

É o próprio processo econômico que segmenta a sua força de trabalho segundo graus variados de *mobilidade*. Tendo como características comuns o precário (ou nenhum) acesso aos serviços e bens produzidos pela sociedade, tais grupos se diferenciam segundo as condições de vida - moradores de favelas e cortiços, trabalhadores que percorrem o País em busca de ganho, moradores de rua - a que equivalem graus também variados de mobilidade social e econômica. Uma parte significativa da força de trabalho move-se nesse espaço. Desloca-se de uma atividade para outra, de um lugar para outro, alternando ocupação e desemprego. Quanto maiores essa mobilidade e essa segmentação, mais próximo o indivíduo estará da rua como local permanente ou temporário de residência e trabalho. Sem poder criar e cultivar vínculos estáveis com a família e os ambientes de trabalho, sua vida passa a resumir-se numa busca cotidiana de sobrevivência. Ser morador de rua não é destino obrigatório para esse contingente excluído do trabalho regular e socialmente aceitável, mas ele estará sempre no limite, bastando um fato ou circunstância de ordem pessoal ou familiar que o leve a cruzar a fronteira.

É preciso incluir como população *circunstancialmente* de rua (“ficar” na rua) os desempregados, trabalhadores informais e migrantes recém-chegados que emergencialmente recorrem aos albergues e instituições e, vez por outra, podem até pernoitar na rua. Segundo uma instituição do Estado, o Cetren, cerca de 80% das pessoas que o procuram são trabalhadores de baixa renda às voltas com problemas de pagamento de aluguel e/ou alimentação e recém-desempregados em busca de trabalho. Todos, portanto, conservando os vínculos familiares e os valores gerais da sociedade - o trabalho regular, a higiene, a responsabilidade como provedor da família. Já os classificados como “indigentes” e “mendigos” não costumam procurar espontaneamente a Instituição e não se preocupam com a higiene pessoal. Num nível intermediário estariam aqueles que moram eventualmente na rua (os que “estão” na rua) e que buscam a instituição para se alimentar e se lavar, entre uma e outra temporada na rua. Segundo a direção do Cetren, esses três tipos de usuário configuram algo semelhante a um sistema de castas, estando no topo as pessoas com hábitos de higiene rotineiros (o trabalhador de baixa renda, o recém-desempregado, o despejado por não conseguir pagar aluguel, o migrante), seguindo-se as que só praticam a higiene pessoal quando podem e, por fim, as que já perderam qualquer noção de higiene - os indigentes e mendigos.

### **3. Esboço de um perfil da população de rua**

É muito difícil traçar um perfil mais ou menos definido da população de rua: ela caracteriza-se justamente pela extrema mobilidade, sendo muitas vezes impossível distinguir quem é da rua, quem *está* e quem ficou na rua (ou seja: permanentemente, recentemente, circunstancialmente). Por se tratar de uma população móvel geográfica, econômica e socialmente, muitas vezes alternando a rua com outras situações habitacionais e os “bicos” de rua com o trabalho mais ou menos regular, fica muito complicado enquadrá-la em números estáveis. O levantamento da Prefeitura de São Paulo buscou identificar os locais de pernoite e moradia em áreas urbanas centrais com maior incidência de moradores de rua, delimitadas administrativamente em Regionais (Sé, Lapa, Pinheiros e parte das regionais da Moóca, Penha, Ipiranga, Vila Mariana e Santana). A investigação exploratória noturna foi complementada durante o dia por entrevistas com moradores e comerciantes locais. O levantamento não pôde incluir os depósitos de papelão (cerca de três mil na cidade) e edifícios abandonados, os quais também costumam ser pontos de pernoite. Assim, os números revelados pela pesquisa devem ser maiores. No total, foram identificados 329 pontos de pernoite, ocupados por 3.392 pessoas.

#### **3.1 Distribuição na geografia urbana**

O maior número de pontos de pernoite encontrava-se na região administrativa da Sé (ARSé), onde foram registrados 198 pontos com 2.647 pessoas, na primeira quinzena de maio de



1991, tempo de realização da pesquisa. Esses números correspondiam a 78,2% da população total investigada e a 60,4% dos pontos identificados. Era, portanto, na área central da cidade que se concentrava a imensa maioria das pessoas que moravam e sobreviviam na rua em São Paulo.

Em seguida, muito aquém dos números da Sé, vinham Pinheiros (4% da população, 16,1% dos pontos), Moóca (4,8% e 8,5%) e Lapa (4,6% e 4,2%) (ver tabela).

<i>Número de pessoas e pontos de pernoite, segundo regiões administrativas</i>					
Regiões Administrativas	Pessoas		Pontos		Pessoas/ Pontos
	nº	%	nº	%	
Sé	2647	78,2	198	60,4	13,4
Pinheiros	137	4,0	53	16,1	2,6
Mooca*	163	4,8	28	8,5	5,8
Lapa	158	4,6	14	4,2	11,3
Vila Mariana*	57	1,6	12	3,6	4,8
Ipiranga*	58	1,7	8	2,4	7,3
Penha*	63	1,9	8	2,4	7,9
Santana*	109	3,2	8	2,4	13,6
Total	3392	100,0	329	100,0	10,3

A preferência pelo Centro da cidade e **regiões** vizinhas, segundo o levantamento, estaria associada às facilidades de sobrevivência que a região oferece: possibilidade de realizar pequenos “bicos”, de restaurantes e bares, marquises, albergues e na área, que possibilita obter alimentos distribuídos por entidades filantrópicas e por pela abundância de imóveis abandonados, vãos de viadutos, outros locais de pernoite e ainda pela grande circulação de pessoas a prática da mendicância e de pequenos delitos.

É interessante notar que a concentração média de pessoas por ponto, na região central, era de 13,3, a segunda maior do *ranking*, muito acima da média de Pinheiros (2,5), Moóca (5,8), Lapa (11,2) e Penha (7,8), perdendo apenas para Santana (13,6).

### 3.2 Locais preferidos para pernoite

Do total de pessoas investigadas, a pesquisa constatou que 1.659 delas ocupavam ruas e avenidas (199) como pontos de pernoite, utilizando principalmente marquises como abrigo. Em cerca de 40% desses pontos, no entanto, as pessoas pernoitavam ao relento, sem qualquer

tipo de proteção. Praças e largos (51, com 832 pessoas) eram o segundo tipo na preferência, com bancos e árvores facilitando a acomodação e o abrigo. Nesses pontos, constataram-se 42% das pessoas pernoitando ao relento. Foram registradas 381 pessoas abrigando-se sob 39 viadutos, utilizando a cobertura dos mesmos ou buracos cavados nas cabeceiras de terra e barracos levantados nos baixos das pistas. Quanto aos demais pontos, verificou-se uma relativamente baixa ocupação de terrenos baldios (3) e canteiros de avenidas (3). Outros locais, como imóveis abandonados e postos de gasolina, correspondiam a apenas 10,3% dos pontos identificados.

### **3.3 Composição dos grupos**

A pesquisa da Prefeitura de São Paulo não fez uma classificação por sexo e idade, realizando apenas a verificação, em cada ponto, da presença ou não de homens, mulheres e crianças. Uma constatação importante foi a presença de homens em 94% dos pontos. Em 51% deles os grupos eram constituídos exclusivamente por pessoas de sexo masculino.

Foram encontradas mulheres em 129 pontos, sendo que em dois havia exclusivamente pessoas de sexo feminino. Adolescentes e crianças estavam presentes em 97 pontos, mas em apenas oito apareciam desacompanhadas de adultos. A pesquisa excluiu desses grupos as crianças e adolescentes que não pernoitam nas ruas, mesmo que nelas perambularem até altas horas da noite.

A presença de *famílias* nesses grupos foi sugerida pela existência, em 75 pontos, de grupos mistos de homens e/ou mulheres e crianças. O efetivo parentesco não foi confirmado. Esses grupamentos de tipo familiar tendiam a estabelecer-se em locais permanentes de moradia. Não por acaso, 33 desses 75 pontos encontravam-se sob viadutos, em sítios mais favoráveis à vida gregária.

### **3.4 Tamanho aproximado dos grupos**

As pessoas que pernoitam nas ruas procuram agrupar-se como proteção contra agressões, inclusive de seus semelhantes. Verificou-se, na pesquisa, que existe uma preocupação em que esses grupamentos não sejam grandes a ponto de provocar denúncias por parte da vizinhança ou a presença da polícia. Os grupos de 2 a 5 pessoas foram os mais freqüentemente identificados (112 ou 34% do total), vindo a seguir os de 6 a 10 pessoas (69 e 21%) e de 11 a 20 (44 e 13,4%). Bem mais raros foram os de 31 a 50 pessoas (14 e 4,3%) e de mais de 50 (12 e 3,6%). Foram identificados 60 pontos (18,2%) com uma só pessoa pernoitando.

### **3.5 Tempo de ocupação dos pontos**

Com relação a esse item, o levantamento da Prefeitura de São Paulo, mediante investigação junto a comerciantes e moradores das regiões de pernoite, logrou obter dados sobre apenas

162 pontos. Eles, no entanto, permitem a conclusão de que o *ser da* rua e o nela *ficar* ou *estar* são condições cada vez menos emergenciais e tendem a tornar-se mais prolongadas ou permanentes. Quarenta pontos, representando 24,6% do total pesquisado, existiam há mais de cinco anos e 64 (39,6%) entre um e cinco anos.

A quantidade de pontos novos (35,8% deles surgidos há menos de um ano, 27,2% há menos de seis meses) permitiria a hipótese de que vem aumentando, ao longo do tempo, o número de pessoas que pernoitam nas ruas.

## 4. Imagem da população de rua

De todos os estratos sociais mais empobrecidos das classes trabalhadoras, a população de rua é a mais *visível* e exposta a juízos baseados nos padrões de aceitação social - estabilidade no trabalho e na residência, aspecto físico, comportamentos - e obviamente a mais *frágil* às reações de condenação e repulsa. A sua condição-limite de pobreza favorece a extrema rapidez com que se formam clichês e estereótipos de avaliação: o morador da rua *bebe*, promove baderna, *agride*, *é sujo*, *é perigoso*, *é feio*. A uma imagem externa, contudo, corresponde uma auto-imagem que com frequência confirma os juízos exteriores.

### 4.1 Imagem externa

O número de pessoas que mora e sobrevive nas ruas de São Paulo tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, como resultado das sucessivas crises na economia nacional. Até pouco mais de uma década atrás, elas eram praticamente *invisíveis* aos olhos de quem não as quisesse ver. Seus habitats eram mais ou menos escondidos, sua superexposição nas ruas correspondia aos horários de menor movimento e o seu comportamento era, se cabe o termo, mais discreto. *Incomodavam incomparavelmente menos*. Não freqüentavam as ruas de comércio elegante e os bairros da classe-média, confinando-se em setores degradados do Centro e em alguns bairros de comércio popular. Não agrediam seriamente os padrões estéticos e a moralidade dominante: assim, passavam como personagens do folclore urbano, como os *clochards* parisienses, e a opinião pública tratava de enquadrá-las no mesmo universo socialmente aceitável dos boêmios, prostitutas, travestis e mendigos “por opção”. Com regular frequência esses sem-teto dos anos 50 e 60 protagonizavam dramas e tragédias nas páginas da imprensa: ora o jovem professor devastado pelo álcool após um desengano amoroso, ora o velhinho que saiu de casa para não estragar a paz familiar, ora o intelectual “nauseado” com as hipocrisias do *petit monde* burguês. O desempregado era sempre alguém que as duras circunstâncias da metrópole industrial forçavam a permanecer uma temporada ao relento enquanto não se abriam os postos de trabalho. Através dos jornais e do rádio, a vida, por mais

dura e cruel, era uma lição edificante com algum tipo de final feliz. As grandes tragédias urbanas seguiam o modelo de *O ébrio*, melodrama de grande sucesso protagonizado por Vicente Celestino: tinham nome e rosto, não eram *sociais* e dependiam muito mais do destino pessoal do que do destino econômico coletivo. Era a época da miséria segmentada e individualizada. As relativamente poucas favelas isolavam-se envergonhadas do contexto urbano como quistos a serem oportunamente extirpados, simplesmente uma etapa quase um percalço - na vida do migrante que logo estaria empregado e habitando uma casinha no subúrbio, graças à inesgotável pujança da metrópole, eterna provedora de salários e dignidade. Quando a miséria nas ruas tinha que ser explicada como obra de algum determinismo econômico, os seus atores eram convenientemente *distanciados junto* com os seus argumentos e *scripts*: de vagabundos urbanos passavam a “retirantes” de um inóspito quanto exótico (e distante) Nordeste semi-feudal.

Essa imagem do sem-teto (e dos excluídos em geral) passou a mudar junto com a própria transformação ocorrida na sociedade. À maneira como esta procura se enxergar tem correspondido uma diferente maneira de perceber os exemplos extremos de miséria e exclusão que já não têm como ocultar-se à vista. Morar na rua passa a representar uma violação das regras sociais de uso do espaço. A auto-percepção social é naturalmente carregada de *negação e racionalização* daqueles aspectos mais insuportáveis à consciência, entre eles a violação flagrante do espaço público. A repulsa é acompanhada de uma racionalidade que exime o observador de qualquer participação ou responsabilidade no que enxerga e repudia. A miséria agressiva é *exteriorizada* (não pertence ao mundo imediato do observador) e este é *alienado* como sujeito histórico: agir sobre as causas sociais não cabe em suas forças e à sua competência. O “estranhamento” do Outro é a peça fundamental de um processo de consciência que se **inicia** com a aversão e aspira à *indiferença*. A conseqüência é a busca da anulação do objeto de tal repulsa extremada - a sua *eliminação*.

## 4.2 Auto-imagem

O indivíduo que vive na rua já não dispõe de referências que lhe permitam a construção de uma identidade. Sem trabalho regular, sem casa, quase sempre sem família, ele tem apenas em seu próprio corpo o necessário instrumento de mediação entre *o eu* e o mundo. E o corpo, castigado ao extremo pela rudeza da existência, mal suporta a tarefa de significar o próprio mundo do sem-teto, a sua casa, o seu instrumento de sobrevivência, o seu sensômetro, o seu espelho. No entanto, a identidade possível ao sem-teto está no que lhe pode significar e proporcionar o próprio corpo. E é esse mesmo corpo quem lhe diz que o tempo, o salário, o status do emprego fixo, a obrigação cívica e os direitos da cidadania *são abstrações* que ele enxerga à distância nos outros. Teoricamente, ele não tem por que preocupar-se em ser um cidadão, um indivíduo útil à sua família e à comunidade, sujeito às regras e limitações do convívio social e dele beneficiário. *Ele não existe senão em função de seu corpo e de suas necessidades imediatas.*

O destino do sem-teto é socializar-se na rua, interiorizar os seus códigos e normas de sobrevivência. Paga um alto preço em estigma social: *é coitado e vagabundo, com frequência bandido*, que precisa ser reeducado, reintegrado ou eliminado. Desamparado, sem outra auto-referência senão o corpo sacrificado e frágil, destituído de recursos intelectuais básicos, indefeso diante do implacável juízo que dele fazem os *outros*, o sem-teto termina por enxergar-se através do mesmo estereótipo: crê-se vagabundo, e de fato não trabalha *por não querer* trabalhar; alcooliza-se para suavizar a dura mediação eu-mundo proporcionada pelo corpo; não tem família porque, em última análise, não o deseja nem faz por onde constituir e manter uma; não tem dinheiro, nem saúde, nem conforto porque gosta de estar na rua e é por isso um *decaído*. Daí desenvolver um desmesurado sentimento de culpa que o leva a uma ingloria dissimulação: quer passar por desempregado que perdeu os documentos, por chefe de família temporariamente afastado de casa pelo “vício” da bebida, que abandonará tão logo recupere o emprego etc. Contraditoriamente, começa a enxergar o companheiro de rua como o *maloqueiro* que ele próprio finge não ser. É a dupla solidão a que se refere a pesquisa da Prefeitura: diante de si mesmo e diante de seu próprio grupo social. O uso desregrado de recursos compensatórios, como o álcool, permite que se suporte a realidade. A pinga é a grande mediadora.

## **5. Utilização conflitiva do espaço público**

Ao vivenciar em locais públicos funções pertinentes à vida privada, a população de rua é agente de conflitos com a vizinhança constituída por moradores, comerciantes e profissionais liberais. A subversão da regra social de uso do espaço público ocorre, simultaneamente, pela ocupação física (como local de pernoite, depósito de papelão, abrigo improvisado) de lugares destinados ao uso coletivo, como ruas e praças, e pela desordem que caracteriza o comportamento usual desses sem-teto (bebedeiras, algazaras, depredações, desrespeito aos passantes, desrespeito ao silêncio noturno etc.). A apropriação privada do espaço público é ainda mais flagrante quando alguns grupos constróem barracos em praças e baixos de pontes e viadutos, com a intenção de se fixar. O acúmulo de lixo e excrementos e a destruição causada pelas fogueiras nos locais de concentração e pernoite são motivo de constantes reclamações dos munícipes aos poderes públicos, que se vêem obrigados a tomar alguma providência, em geral removendo ou dispersando os grupos. A limpeza diária dos pontos ocupados para pernoite revela-se insuficiente. Em algumas regiões da cidade, como o Centro, as marcas da ocupação do espaço público por essa população são visíveis a qualquer hora, independentemente da limpeza cotidiana dos logradouros.

Assim, a ação do poder público tem se constituído por algum tipo de repressão conjugada a alguma assistência emergencial, à falta de políticas públicas dignas desse nome. O cidadão comum, o comerciante, o morador, o usuário das calçadas e das praças pressionam a

administração para que remova para longe esses contingentes - não pressionam a administração para que remova para longe esses contingentes - não importa se para instituições de asilo ou para outros setores da metrópole. Para que *eliminem* as conseqüências imediatas e visíveis do problema. Ninguém, em sã consciência, estará recomendando a eliminação física dos indigentes, solicitando que sejam mortos ou encarcerados. Para quem enxerga a cidade sendo invadida por abrigos de papelão, os jardins sendo destruídos por fogueiras, as calçadas e escadarias (como as do Anhangabaú) diariamente forradas de excrementos; para quem é abordado insistentemente com pedido de esmola ou insultado pelo simples motivo de ser um passante, é natural que a reação seja um *tirem-nos daqui antes de mais nada, depois discutiremos o problema social*. Reação compreensível, evidentemente. A discussão do problema social, deixada para depois, é claro que ficará por conta do governo. Da *hostilidade* despertada pela violação agressiva do uso social do espaço público procura passar-se, com a remoção dos indesejáveis, à indiferença e ao alheamento. O ideal seria a discussão do problema dos indigentes e sem-teto pela própria comunidade prejudicada e no local onde ocorre, com a resultante cobrança de políticas globais conseqüentes que *também* contemplassem a qualidade de vida urbana, a estética da cidade, os interesses do comércio e o direito de cada um caminhar em paz pelas ruas - assim como o direito do sem-teto à reabilitação social, ao trabalho e ao bem-estar.

## II

### A rua e seus atores sociais em discussão



## 1. Buscando um denominador comum

Com o workshop **A rua no Centro. Uma discussão sobre a rua e seus atores sociais**, a Associação VIVA O CENTRO procurou reunir algumas das principais entidades, órgãos públicos, ONGs e instituições públicas e privadas voltados à pesquisa e à ação assistencial envolvendo a população de rua. O workshop realizou-se no dia 4 de maio de 1995, no edifício do Banco do Brasil da Rua da Quitanda, no Centro financeiro de São Paulo. Participaram dele representantes e dirigentes de 44 entidades, divididos inicialmente em cinco grupos temáticos. Numa etapa posterior, os grupos se entrecruzaram e, ainda uma vez, voltaram a reunir-se em sua configuração original, de tal forma que os participantes de todos os grupos tiveram contato com o temário completo das discussões. Na sessão plenária de encerramento foram apresentadas as conclusões e recomendações de cada grupo, tendo em vista a elaboração de um documento final.

## 2. Objetivos do workshop

Os objetivos do workshop podem ser resumidos como um esforço de mobilização urgente e conjugado da sociedade civil para a elaboração e aplicação de providências que visem à reinserção social da população que mora e sobrevive nas ruas de São Paulo, em especial em seu Centro metropolitano.

A necessidade de articular os diferentes segmentos dessa sociedade num trabalho conjunto, coordenado e eficaz decorre da constatação de que a situação dessas pessoas não pode mais ser objeto de indiferença ou de atitudes isoladas e dispersas de assistencialismo que, apesar de seu valor em si mesmas, pouco representam como solução. Faz-se mister, portanto, que a sociedade organizada reuna as suas energias, recursos e disposição para uma ação efetiva sobre os mecanismos de exclusão social que causam essa situação, minimizando, quando não for possível neutralizá-los, os seus efeitos deletérios. Ao mesmo tempo, tal ação buscaria uma forma mais imediata e emergencial de atendimento a essa população marginalizada, procurando suprir, desde logo, as suas mais flagrantes carências e necessidades.

Mais especificamente, o workshop teve como propósito marcar o início de um trabalho conjunto no sentido de identificar as relações sociais, as condições reais de existência e os conflitos protagonizados por essa população, envolvendo todos os agentes hoje enganados em estratégias e tarefas de promoção social, com o objetivo precípua de estabelecer bases para ações em parceria.

Tais ações seriam norteadas pela necessidade de, ao mesmo tempo em que se promova a reabilitação sócio-econômica, cultural e psicológica dessa população, assegurar condições para a requalificação do ambiente urbano e do espaço público, principalmente no Centro da metrópole, de forma a possibilitar o seu pleno uso e fruição pela população em geral.



### 3. Enfoque dos trabalhos

A estrutura do workshop possibilitou o enfoque dos diversos segmentos da população *que é de rua ou que está na rua*, procurando circunscrever, em benefício de soluções imediatamente aplicáveis, o seu âmbito ao Centro de São Paulo. Em cada caso procurou-se definir, *para as propostas apontadas*, o papel dos governos municipal, estadual e federal, iniciativa privada, ONGs e instituições religiosas e a melhor forma de mobilizar as empresas para a viabilização dos projetos sugeridos. Procurou também definir a contribuição que a comunidade organizada em microrregiões (logradouros) poderia prestar no encaminhamento das ações concretas propostas.

#### 3.1 Desenvolvimento dos trabalhos

Os grupos foram formados em torno de cada um dos seguintes tópicos:

- A população que é da rua
- A população que está na rua (situação provisória ou recente)
- A criança de rua
- O adolescente de rua
- A criança e o adolescente de rua que cometem atos infracionais

#### 3.2 Particularização dos enfoques

De acordo com o segmento específico da população de rua, o enfoque de cada grupo foi assim particularizado:

-Para a população que é *da rua* colocou-se a questão de que se é ou não inevitável que a rua seja considerada como local definitivo ou mesmo provisório de moradia, com as questões decorrentes de uma ou outra opção de resposta.

-Para a população que *está na rua*, o que se colocou é como evitar que essa condição provisória ou recente se consolide, tomando-se permanente.

-Para as *crianças* (zero a 12 anos) *desacompanhadas de pais ou responsáveis* colocou-se a questão de como afastá-las de forma imediata dos perigos representados pelas ruas do Centro de São Paulo.

-Já para o *adolescente de rua* ou que *está na rua* questionou-se como vem se dando a aplicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), principalmente no que se refere ao título 11 (“Dos direitos fundamentais”), a questão das doenças, da gravidez e das drogas, além dos programas educacionais e do encaminhamento ao mercado de trabalho,

-Para o caso das crianças e adolescentes de rua *que cometem atos infracionais* a questão que se colocou foi também a da aplicação do ECA, do funcionamento dos Conselhos Tutelares e das ações imediatas que poderiam ser tomadas visando a diminuir os atos infracionais desse gênero na região central.

### 3.3 Caracterização dos segmentos enfocados

a) **População que é da rua ou nela está:** A população que é da rua é a que nela mora e sobrevive. A que *está* na rua é aquela que, embora sobrevivendo da rua, mantém local de moradia fora dela.

b) **Crianças que estão na rua:** São aquelas que ainda mantêm vínculos familiares suficientemente fortes para retomar às casas no final da jornada. A rua é o seu espaço de sobrevivência econômica. É o caso de engraxates e de crianças que trabalham nas feiras livres, cuidam de carros, e inclusive de muitas que pedem dinheiro nos semáforos. Sua condição econômica é extremamente precária. Geralmente moram em favelas ou cortiços. A dinâmica familiar costuma ser conturbada, geralmente com rupturas importantes entre os pais e na família em geral. A rua, dessa forma, adquire um duplo significado: o primeiro é o da *sobrevivência*, o segundo é o da *fuga ao conflito familiar*, que na maior parte das vezes se reveste de violência. A tendência, portanto, é de que a criança que *está* na rua torne-se criança de rua, já que esta lhe proporciona uma ilusão de liberdade ou pelo menos de alívio.

c) **Crianças de rua:** São aquelas que já vivenciaram a ruptura dos vínculos familiares e abandonaram suas casas, ou então as que pertencem a famílias que perderam sua moradia e que vivem, todos juntos, na rua. É muito comum observar crianças de até oito anos já nessas condições. As meninas, quando isso ocorre, são em menor número e a idade — na maior parte dos casos — costuma ser um pouco mais avançada. Sobrevivem integralmente na rua, ou seja, toda a sua vida, tanto econômica quanto afetiva, ocorre no espaço público. Sua forma de sobrevivência é em parte semelhante à de crianças que *estão* na rua. Por outro lado, como não contam com a família, estão mais relacionadas a atos infracionais (tais como bater carteiras, roubar, consumir drogas etc.). No caso das meninas, há também a prostituição infantil. Em função do fato de ser um local de extrema violência (violência entre os que estão ali, violência policial, de “justiceiros”, drogas/tráfico de drogas, Aids, miséria absoluta, falta de atendimento médico etc.), a expectativa de vida de crianças e adolescentes que nela moram é muito baixa, sendo raro encontrar alguém que foi para a rua quando criança que sobreviva até os 30 anos.

d) **População adulta que está na rua:** Tais pessoas estão fora do mercado formal de trabalho e caracterizam-se pela situação de miséria. Vivem nas favelas e cortiços e sobrevivem de “bicos”. Muitas vezes exercem uma atividade econômica que encobre outras, clandestinas. É

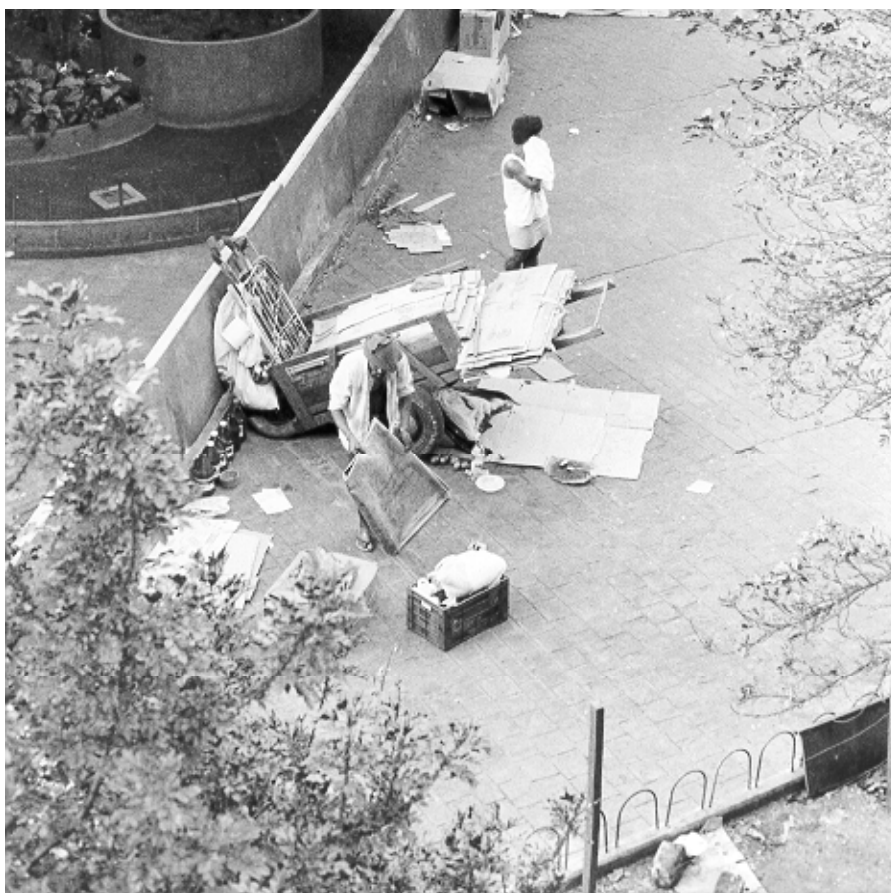
o caso de engraxates ou vendedores ambulantes que também traficam drogas, compram e vendem objetos roubados e participam eventualmente de outros delitos. Há também o caso dos catadores de papelão. Estes já possuem um certo nível de organização, graças a cooperativas criadas por instituições religiosas e que recebem (ou recebiam) apoio da Prefeitura. Os catadores podem *estar* na rua ou *ser* da rua, dependendo do grau de miséria e desagregação familiar.

e) **População adulta que é da rua:** Estes perderam a referência familiar e dormem nas ruas. Diferentemente das crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, vivem basicamente do que lhes dão ou, então, como catadores de papel. Toda a sua sobrevivência econômica e afetiva se dá nas ruas.

f) **Crianças e adolescentes que cometem atos infracionais:** É praticamente impossível às crianças e adolescentes de rua sobreviver sem cometer atos infracionais. O que pode variar é o grau da violência que cometem. Virtualmente todos nessa condição usam drogas ou álcool (este mais no caso de adultos), já que esta é a única maneira para adquirirem coragem para roubar, se prostituir, fugir ao medo e ao frio e para esquecer as perdas que sofreram na ruptura familiar.

### III

## Conclusões e recomendações



## **1. Mecânica dos debates e forma de conclusão**

Após os debates que se realizaram em cada um dos cinco grupos temáticos do encontro, passou-se a um segundo turno com os grupos entrecruzados, de forma que todos os temas da pauta fossem abordados pela totalidade dos participantes, que assim puderam complementar o trabalho original de cada grupo temático. Por fim, as conclusões e recomendações foram relatadas em sessão plenária de encerramento.

### **1.1 Caráter supra-institucional do encontro**

A primeira e mais significativa conclusão a que se chegou é que, a despeito da grande diversidade de posturas técnicas, políticas e ideológicas e da natureza mesma das entidades participantes do workshop, registrou-se o consenso de que o problema da população de rua em São Paulo, e em particular a situação da criança e do adolescente de rua, deve ser abordado acima de quaisquer divergências e diferenças, em caráter supra-institucional, mediante um *trabalho intensivo, sério e duradouro em regime de parceria*.

Esse aspecto foi ressaltado por diversos participantes como o ponto alto do workshop: mostrar que o equacionamento e a busca de soluções para problemas sociais devem ser encarados como *um desafio de toda a comunidade*, sem divisões e discriminações de cunho intelectual, metodológico e ideológico. Ficou patente a total disposição das entidades de iniciar imediatamente um trabalho coletivo, com a realização de metas classificadas, grosso modo, como imediatas e de curto prazo e de médio prazo e permanentes. Não haveria, a rigor, metas de longo prazo – a extrema gravidade da situação recomenda que se evitem os prazos mais dilatados.

### **1.2 Objetivos imediatos e de curto prazo**

-Levando-se em conta a absoluta indesejabilidade de que a rua se a utilizada como local de moradia, foi considerado essencial conhecer imediatamente a população que nela vive (número, vínculos, origem etc.) antes de avançar soluções de médio prazo.

-Concluiu-se sobre a necessidade de que uma entidade sirva de ponto de convergência de todos os projetos já elaborados, estudos em andamento e propostas, centralizando tais informações. (Sugeriu-se que a Associação VIVA O CENTRO poderia exercer esse papel).

-Dar início imediato à elaboração de um plano estratégico. (Sugeriu-se que a VIVA O CENTRO se encarregasse dessa tarefa).

-Criação imediata de um serviço de “disk rua”, como canal de atendimento e de informação.

-Criação de um serviço de imprensa (jornalzinho, agência de notícias) que reflita e divulgue o ponto de vista do homem da rua. (Sugeriu-se que de tal tarefa poderia encarregar-se a VIVA O CENTRO, que, entendeu-se, já dispõe do *know how* e estrutura necessários).

-Ampla divulgação das ações propostas por este workshop.

-Orientação às empresas sobre como patrocinar ações sociais (sabendo-se que o empresário procura não se comprometer a médio e longo prazos).

-Divulgação de todas as iniciativas das ações em parceria para o grande público, via mídia.

-Identificação, localização e prestação de apoio direto às famílias de crianças de rua,

-Criação e desenvolvimento de projeto emergencial (em grau de *urgência absoluta*) para os mais notórios bolsões de miséria, com caráter de projetos-piloto.

-Formulação de metodologias adequadas para diagnosticar a situação de cada grupo.

-Criação e instalação de um “Centro de Cidadania”, com plantão de atendimento local e identificação do problema e como resolvê-lo.

-Estabelecimento *imediato* de um “Pacto de Ação Conjunta” entre as entidades participantes do workshop para assegurar a continuidade dos trabalhos aqui iniciados.

-Verificação do funcionamento de projeto da ONU existente em São Paulo destinado a promover o desenvolvimento social de favelados mediante profissionalização, com criação de pequenas cooperativas e fornecimento de máquinas simples (cópia desse material existiria no gabinete do vereador Marcos Cintra).

-Verificação do funcionamento do projeto de “lares de crianças” funcionando em Itapetininga (SP), para crianças sem possibilidade de retorno à família.

-Criação em caráter emergencial de uma escola para atender as crianças de rua da região da Praça da República e de Santa Cecília, impossibilitadas de frequentar a escola da Sé (do Ministério Jeame) devido ao risco de brigas de território.

-Através de campanhas, do ensino formal e de outros recursos, esclarecer a população sobre os direitos da criança e do adolescente contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição.

### **1.3 Objetivos de médio prazo e permanentes**

- Manter o chamado grande público informado de tudo o que ocorre na área da criança e do adolescente, através de todos os recursos disponíveis.
- Realização, em caráter permanente, de estudos e pesquisas sobre a problemática da criança e do adolescente de rua.
- Fortalecimento das instituições existentes através de parcerias com a iniciativa privada e com o poder público.
- Criação de projetos emergenciais sistêmicos que venham a se integrar à rede de serviços de atendimento existente.
- Pesquisar e construir em co-responsabilidade com a população de rua proposta que norteie os projetos.
- Num primeiro momento, organizar as populações de rua através de uma imprensa própria, associações etc.; a médio prazo, criar bolsas de emprego, cursos profissionalizantes rápidos.
- Criar bônus para pequenos financiamentos à população de rua.
- Estimular as parcerias ONGs/governos para atender as prioridades máximas (casas, terrenos etc.).
- Na medida em que não é possível interferir nas filosofias de cada entidade, elaborar um ou mais projetos estruturais, estratégicos e comuns a todos.
- Revitalizar a idéia da escola pública de período integral, tipo Ciep.
- Sensibilizar as empresas com o argumento político de que, sem equilíbrio social, não há sobrevivência possível para o atual modelo econômico.
- Sensibilizar sindicatos, partidos políticos, federações e associações patronais e de trabalhadores, ONGs e universidades.
- Ampliação dos debates sobre o assunto na sociedade (por exemplo, o preconceito).
- Promover, junto à mídia, concursos de reportagens sobre o universo das populações excluídas.
- Mapeamento de todas as entidades ligadas aos problema.

-Criação de uma Bolsa de Aprendizagem para que a criança tenha condições de sair da rua e retomar para casa.

-Para a concretização dessa volta, criação de um programa especial de ajuda às famílias, de modo a fixar a criança em ambiente de lar.

-Criação de uma Casa de Triagem, Recepção e Encaminhamento para crianças de até 12 anos no Centro.

-Criar e implementar programas de atenção às famílias, tendo em vista geração de trabalho e renda.

-Profissionalização do campo. Utilização de metodologias científicas e do trabalho de pesquisa. Unificar e consolidar projetos para sua realização coordenada.

-Reordenamento institucional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Constituição, com a divisão de competências nos três níveis de poder.

-Proceder à descentralização dos serviços de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, através da instalação de mini-internatos regionais.

-Realizar estudo sociológico da ação de bandos e gangues de menores no Centro.

-Pleitear a admissão de assistentes sociais para trabalhar nos distritos policiais, juntamente com o Conselho Tutelar.

-Estabelecer canal de comunicação com o Executivo municipal, levando-lhe as reivindicações da comunidade, especialmente quanto à necessidade de implementar efetivamente os Conselhos Tutelares, dando-lhes reais condições de funcionamento.

-Efetuar levantamento sistemático e estudo dos trabalhos das entidades sociais que tenham obtido êxito, objetivando melhoria da qualidade das demais entidades (*benchmarking*).

-Obter designação de parte do efetivo feminino da Guarda Civil Metropolitana para trabalho integrado com os Conselhos Tutelares.

-Rever as práticas da Febem, objetivando criar condições de reeducação do adolescente infrator.

-Viabilizar o prosseguimento sistemático dos trabalhos deste workshop.



-Estabelecer uma política social que dê efetividade ao ECA e LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), tendo o Estado, em suas três instâncias, como seu gestor, garantindo-se mecanismos de acompanhamento e avaliação de desempenho e controle financeiro.

-Mobilização da iniciativa privada com base em levantamentos levados a efeito por institutos de pesquisas e informações de bancos de dados, tendo em conta uma visão global da problemática social.

-A comunidade pode contribuir para a execução dos programas através de associações locais de duas formas: como força de pressão política sobre o poder público e como grupo de ação estratégica, catalisando as forças da comunidade para ações próprias em parceria.

**Obs.:** Algumas recomendações apresentadas individualmente por escrito ou com caráter muito específico (menores com vírus HIV, drogas, prostituição etc.), que por esse motivo não constam da presente relação, encontram-se à disposição para consulta ou reprodução na sede da VIVA O CENTRO.

## **Anexo**

# Compromisso com a comunidade

*pronunciamento do presidente da VIVA AO CENTRO e do Banco de Boston, Henrique de Campos Meirelles, na sessão de encerramento do workshop*

Desejo cumprimentar a todos pela participação neste workshop, agradecendo a dedicação e o interesse de cada um.

Gostaria de comentar, rapidamente, como surgiu o meu interesse pelos problemas do Centro da cidade. Trabalhando no Banco de Boston, presenciei nos últimos 20 anos a recuperação da região central daquela metrópole. O centro velho de Boston,- que era conhecido como *combat zone*, por ser um reduto de crime, drogas e prostituição, e considerado por muitos como um caso perdido, recuperou-se amplamente a partir da implantação de programas especiais de educação, moradia, saúde e emprego, entre outros. E o gravíssimo problema dos *homeless* e das crianças de rua foi, também ele, satisfatoriamente resolvido. A área contribui hoje de forma importante para a economia da cidade, pois tomou-se um grande centro turístico e administrativo.

Muitas vezes as pessoas perguntam qual seria o interesse de um grande banco ou de uma grande empresa, e de seus executivos, em participar de uma entidade como a VIVA O CENTRO. No caso específico do Banco de Boston, uma conhecida empresa de consultoria já havia inclusive recomendado, sob um ponto de vista puramente técnico e econômico, a mudança de sua sede para a zona sul da cidade, pois, nessa perspectiva, não haveria motivo para uma instituição desse tipo permanecer no Centro. No entanto, a nossa decisão foi de que o Banco continuasse no Centro da cidade. Acredito que ele tem um dever para com a comunidade. Ele é a única grande instituição financeira estrangeira fixada no Centro metropolitano de São Paulo.

Para entender a participação do Banco de Boston e principalmente a minha nesse movimento pela revalorização do Centro, eu me reporto ao caráter comunitário e à própria cultura de participação comunitária da organização, pois no Banco de Boston não há a figura do proprietário. Todos os dirigentes do Banco são funcionários. Os proprietários são seus dois milhões de acionistas, a maioria vivendo na comunidade de Boston, como que formando uma grande cooperativa entre eles, a cidade e a instituição.

Essa é a essência da social democracia nos países desenvolvidos. Temos que, sendo ou não proprietários de imóveis ou empresas, investir na comunidade e dela participar intensamente.

E os programas do Banco de Boston são freqüentemente voltados a essa participação comunitária. A assembléia geral dos acionistas do Banco, por exemplo, é aberta ao público. Um evento memorável, com as discussões acontecendo de forma clara e transparente.

Isso não significa, é óbvio, que os proprietários e empresas proprietárias não possam legitimamente participar de um processo que, por essência e definição, exige o concurso de todas as forças sociais e agentes econômicos. A questão não é essa. Estou citando o caso do Banco de Boston para deixar bem claro que o movimento pró-revalorização da área central, que reúne mais de uma centena de empresas e instituições capitaneado pela VIVA O CENTRO, é basicamente um movimento pró-cidadania, considerando-se que o ideal da *polis*, da democracia no espaço urbano, reside fundamentalmente nos centros das metrópoles.

Eu gostaria de acrescentar que o grande interesse imobiliário em São Paulo já não se concentra no Centro e sim nas imediações do Rio Pinheiros. A recuperação da área central não pretende transformá-la numa nova Avenida Faria Lima. Quem se dedica à especulação imobiliária é contra a revalorização do Centro de São Paulo.

A Associação VIVA O CENTRO empregará todos os seus esforços para, integrada às forças mais vivas e atuantes de nossa sociedade, transformar o Centro de São Paulo num espaço da cidadania. Como deixam bem claro as conclusões e recomendações deste workshop, um Centro metropolitano verdadeiramente requalificado e pujante, coração e cérebro de uma expressiva economia, não poderá conviver ao mesmo tempo com a abundância e a miséria, o privilégio e a injustiça, a racionalidade produtiva e os conflitos distributivos. Um Centro metropolitano da Cidade Mundial do Século XXI haverá de ser não só uma centralidade urbana produtiva e eficiente, mas, ao mesmo tempo e quiçá sobretudo, um espaço de bem estar comum, confraternização e justiça.

Nesse sentido, a VIVA O CENTRO engaja-se decididamente na ação que há de surgir deste workshop.

# Participantes

Participaram do workshop **A Rua no Centro - Uma discussão sobre a rua e seus atores sociais** as seguintes entidades (com os telefones e nomes para contato):

**Administração Regional da Saúde-Centro (AR-Saúde Centro)**  
Dr. Masato Okamoto  
Fone 826-7035

**Administração Regional da Sé (AR-Sé)**  
Fernando Augusto A. Cintra Zagatti  
Fone 229-0620

**Ampliar - Iniciação em Profissionalização de Menores Carentes (Secovi SP)**  
Mana Helena Barbosa de Almeida Mauad  
Fone 883-0144

**Associação Beneficente Santa Fé**  
Lilian de Mello Bomeny  
Jayr de Castro Mendes  
Fones 530-4132 e 276-1905

**Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI)**  
Luís Eduardo Ramos Lisboa  
fone: 604-50071607-0922

**Associação Brasileira de Pedestres (Abraspe)**  
Eduardo José Daros  
Fone 232-1733 ramal 259

**Associação Comercial de São Paulo**  
João Baptista de Oliveira  
Fone 228-9122

**Associação dos Comerciantes, Empresários e Liberais do Centro de São Paulo (Acelcesp)**  
Francisco Andrade do Carmo  
Fone 241-4913

**Associação Cristã de Moços de São Paulo**  
Maria Inês Collado  
Fone: 256-101 1/R. 163

**Associação dos Lojistas da Florêncio de Abreu (Alfa)**  
Elisabete de Oliveira  
Fone 228-0556

**Associação dos Moradores de Campos Elíseos e Santa Efigênia**  
José Eduardo Ramos Soares  
Fone 220-1318

**Associação Viva o Centro**  
Marco Antonio Ramos de Almeida  
Celso Figueiredo Filho  
Rosely Carmona  
Regina Meyer  
Marta Dora Grostein  
Jule Barreto  
Fone: 606-8205

**Banco do Brasil S. A.**  
Eliza Kelko Monta (Equipe de Qualidade)  
Fones 234-1254 e 234-125

**Câmara municipal de São Paulo**  
Representante do vereador Nelson Guimarães Proença:  
Edson Domingues e Carlos Leal Machado, assessores)  
Fone 239-2237  
Representante do Vereador Sérgio Rosa:  
Tita Dias, assessora  
Fone 605-4545  
Representante da Vereadora Aldaiza Sposati:  
Adelina Baroni Renucci  
Fone: 239-3894

**Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo (C.A.S.A.)**  
Nicéia C. Pitta do Nascimento  
Fone 884-6775

**Centro Comunitário da Criança e do Adolescente**  
Francisco G. Lopes  
Fone 272-3530

**Centro de Estudos do Terceiro Setor (Fundação Getúlio Vargas)**  
Prof. Luiz Carlos Merege  
Fone 281-7810

**Centro Latino Americano de Estudos em Saúde Mental**  
Irineu Silva Jr.  
Jorge Broide  
Fone 864-9793

**Comissão Teotônio Vilella**  
Sueli Solange Pereira  
Fone 818-3305

**Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô)**  
Ignez Angela Brossi  
Fone 581-2436

**Conselho Comunitário de Segurança do Centro (Conseg Centro)**  
João Baptista de Oliveira  
Fone 228-9122

**Conselho Tutelar da Penha**  
Doracy de Carvalho Ferreira  
Fone: 957-2410

**Conselho Tutelar da Vila Maria e Guilherme**  
Rogéria Aparecida Silva  
Fone: 219-0136

**Conselho Tutelar do Centro**  
Fortunato Capuano Neto  
Fone 259-9282

**Departamento Estadual de Investigação de Narcotráfico (Denarc)**  
Sonia Maria Borges Depicri  
Fones 227-0706, 254-3547, 228-7048 e 229-4530

**Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban)**  
Wilson Antonio Salmeron Gutiérrez  
Fone 604-0180

**Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
Therezinha Helena Martins de Almeida  
Fone: 418-8221

**Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem)**  
Maria Augusta Scardelatto  
Neuza Francisca de Jesus  
Fones 231-3813 e 258-5022 ramal 300

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**  
Joaquim Pedro Villaça **de** Souza Campos  
Flavio Sodero **de** Toledo  
Fones 62-7396 e 816-7967

**Fundação Seade**  
Lenira Machado  
Fone 229-2433 ramal 3119

**Guarda Civil Metropolitana**  
Maria Irene Bonami  
Fone 574-8566 ramais 127 e 128

**Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis)**  
Hamilton Faria  
Fones 820-2945, 820-6572 e 822-9076

**Ministério Jeame (Primeira Igreja Batista)**  
Suzanne Duppong Holanda  
Fone 223-3072

**Movimento de Prevenção à Criminalidade**  
César Souza Prado  
Aparecida Rolim de A. Cardaci  
Armando Camargo Pereira  
Fone 489-4666

**Núcleo de Estudos da Violência (USP)**  
Vilma Aparecida da Silva  
Fones 818-3302 e 818-3577  
Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP  
Cleisa Maffei  
Fone 864-9461

**Ordem dos Advogados do Brasil São Paulo (OAB-SP) - Comissão de Direitos Humanos**  
Eunice Fagundes Storti  
Fone 606-1726



**Organização de Auxílio Fraterno (OAF)**  
Irmã Dalva Ivete de Jesus  
Fone 278-5096

**Pastoral do Povo da Rua**  
Mons, Júlio Renato Lancellotti  
Fone 692-6798

**Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)**  
Jack Strauss  
Roberto Loeb  
Vera Abreu  
Fones 871-4757, 881-6344 e 826-3677

**Polícia Civil – 1XXX Delegacia Seccional Centro**

**Del. Ivaney Cayres de Souza**  
Fones 607-3861 e 607-3988  
Polícia Feminina – 1º Batalhão de Polícia Feminina do Estado de São Paulo  
Ten. Cel, PFM Vitória Brasília de Lima  
Fone 693-7906

**Polícia Militar**  
CPA/M-1  
Cel. Paulo Cezar Neves (comandante)  
Fone 279-1430  
7º BPM-M  
Maj. Lúcio Ricardo de Oliveira (sub-comandante)  
Fone 256-3348

**Primeiro Tribunal de Alçada Cível**  
Antonio Carlos Malheiros  
Fone 256-0233

**Programa de Revalorização Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro)**

**Paula Conti de Assumpção**  
Fones 239-2449 e 607-3977

**Rotary Club de São Paulo - República**  
Arno Gustavo Guilherme Kilmar  
Fone 825-9368

**Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social/SOS Criança**  
Maria Júlia Azevedo  
Fone 270-9521

**Secretaria Extraordinária de Assuntos Comunitários**  
Ibrahim Paulo Masson  
Fone 225-9077

**Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social**  
José Maria Pimentel Felipe  
Ana Maria Ruffin de Godoy  
Fones 549-7187 e 574-6211

**Secretaria Municipal da Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico (DPH)**

**Marcos Faerman**  
José Geraldo Martins de Oliveira  
Fone 253-2331

**Serviço Social do Comércio (Sesc)**  
Hanneman Nobre Vieira  
Fone 605-9121

**Sindicato dos Bancários de São Paulo**  
Elias Victorio  
Ricardo Berzoini  
Fone 2324222

**Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social/SURBES Sé-Lapa)**  
Maria Sylvia Jordão de Campos  
Fone 227-1144

**União Cívica Feminina**  
Heloísa B. Figueiredo  
Regina Hecht (presidente)  
Fones 282-4315 e 852-0495

**Universidade de São Paulo (Faculdade de Geografia)**  
Eduardo Yazigi  
Fone 210-2217



### **Associação Viva o Centro**

Rua Libero Badaró, 425, 4° andar  
São Paulo - SP - CEP 01009-905

Tel: (11) 3106 - 8205

Fax: (11) 3105 - 8896

**[www.vivaocentro.org.br](http://www.vivaocentro.org.br)**